

Declaração Comunidade de Prática

“adaptações às mudanças climáticas”

Nesta seção da Comunidade de Prática - Adaptação às Mudanças Climáticas foi abordada a problemática ambiental da cafeicultura no bioma Mata Atlântica, e discutidos os desafios dos sistemas produtivos, especialmente aqueles assentados em regiões vulneráveis à escassez de água, assim como as ações que deveriam ser tomadas para transformar esses desafios em oportunidades.

O bioma Mata Atlântica está distribuído em 17 estados do Brasil. Nele se concentra 72% da população e é gerado 70% do PIB nacional. A cafeicultura é uma das atividades agrícolas que contribui para a geração de riqueza no bioma Mata Atlântica, dado que ali se localiza 85,6% do parque cafeeiro do país, principalmente nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Bahia. Por outro lado, este bioma conta atualmente com um remanescente de apenas 12,4% dos mais de 1,3 milhão de km² da sua cobertura vegetal original.

Além de ser hábitat para milhares de espécies vegetais e animais, a mata cumpre diversas funções, como estabilização de taludes, redução da erosão, filtragem de água, controle do ciclo de nutrientes, diminuição e filtragem do escoamento superficial, manutenção da qualidade da água, estabilização térmica dos cursos d'água, entre outras. As funções citadas acima beneficiam os sistemas produtivos de café, as comunidades rurais e indiretamente o negócio dentro das cadeias de valor, motivo pelo qual ações de conservação e recuperação funcional dos ecossistemas neste bioma estão diretamente relacionadas à sustentabilidade da atividade cafeeira.

O passivo ambiental brasileiro, onde é necessário reestabelecer/restaurar a vegetação, é de 21 milhões de ha de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), além de outros 30 milhões de ha de pastagens degradadas de acordo com o Ministério do Meio Ambiente. No entanto, o compromisso internacional do Governo Federal para a restauração e reflorestamento é de 12 milhões de ha de florestas dentro das Contribuições Nacionalmente Determinadas no marco do Acordo do Paris. A Lei 12651/12 marca as diretrizes sobre ações para o estabelecimento e conservação de APP e RL assim como práticas de conservação através da regeneração natural.

O setor cafeeiro tem um grande potencial para contribuir na redução desse passivo ambiental e, conseqüentemente, no cumprimento dos objetivos de mitigação e adaptação do Acordo Global do Clima. Por tanto, tal setor deveria ter um papel de destaque na promoção e aplicação de práticas que contribuam para o melhoramento da capacidade funcional dos ecossistemas nas áreas que ele ocupa.

Para isso, o grupo de membros da Comunidade de Prática recomenda as seguintes ações para o setor:

- Promover a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 100% das propriedades rurais produtoras de café e dar assistência aos produtores na tomada de decisão quanto à adesão ao Plano de Restauração Ambiental (PRA).
- Orientar os cafeicultores no cumprimento dos marcos regulatórios relacionados a instrumentos de cunho ambiental, tais como adequação ao Código Florestal, a Outorga do

uso da água e o Licenciamento Ambiental, de acordo com a Lei Federal ou com leis de abrangência estadual. Neste último caso recomenda-se o diálogo entre as federações estaduais associadas à Confederação Nacional de Agricultores para aproveitar conquistas que favorecem a agricultura, especialmente do regime familiar em outros contextos estaduais.

- Incorporar nas agendas de extensão e assistência técnica tópicos relacionados à recuperação de áreas de pastagem degradadas, especialmente onde tem relevância o sistema produtivo Café – Bovinocultura (leite ou corte). A recuperação funcional do solo em áreas agrícolas consolidadas pode ser realizada através do manejo das áreas de pastagem ou da substituição do uso do solo, principalmente com culturas que promovam a diversificação de renda e a segurança alimentar.
- Apoiar os produtores e suas comunidades na definição dos objetivos da conservação ambiental, principalmente no que se refere à produção e/ou o melhoramento da qualidade da água e do solo. Especial atenção deve ser dada à identificação/preservação das áreas de recarga hídrica, visando o aumento da quantidade de água em nível de micro bacia, assim como das nascentes, consideradas torneiras das áreas de recarga, e o melhoramento da qualidade da água produzida. Enfoques combinados são recomendados especialmente em regiões de uso consultivo de água para irrigação.
- Criar consciência da importância da conservação e melhoria das condições físicas do solo para melhorar a capacidade de infiltração e percolação de água, visando à adequada reposição dos lençóis freáticos e águas subterrâneas. Neste sentido, é preciso a promoção de práticas que contribuam para melhorar a capacidade dos solos de infiltrar e armazenar água nos sistemas de produção, tais como: coberturas de solo com espécies gramíneas e leguminosas, incorporação de matéria orgânica, práticas mecânicas de conservação, manejo adequado do solo especialmente para reduzir os impactos da compactação, análise de aptidão do solo e gestão eficiente dos sistemas de irrigação.
- Sendo a irrigação uma prática amplamente utilizada em diversas culturas agrícolas, principalmente em sistemas de produção de café conilon na região norte do estado Espírito Santo e de café arábica na região do Cerrado Mineiro, recomenda-se que organizações de apoio somem esforços na implementação e promoção de ações para aumentar a eficiência do sistema e melhorar o manejo da água na cafeicultura irrigada, especialmente voltadas à busca de soluções para os desafios atuais de conservação das fontes de água, consumo de energia elétrica, práticas de manejo para a conservação de água no solo, melhoramento do ambiente e utilização de ferramentas de gestão da irrigação. Em particular, são sugeridas as seguintes ações:
- Identificar e promover a utilização de ferramentas de análise e apoio à tomada de decisões sobre a lâmina aplicada, tempo e frequência da irrigação em sistemas de produção de café irrigados, principalmente aquelas que beneficiem a cafeicultura familiar, com pouca capacidade de investimento, através da adesão a ferramentas de gestão de baixo custo e que não dependam de consultoria especializada. Um exemplo de sistemas de gestão desse tipo é o *Método Irrisimples*, desenvolvido dentro da Universidade Federal de Viçosa (UFV) com o intuito de apoiar as decisões de irrigação dos produtores a partir de poucas informações meteorológicas coletadas localmente. Recomenda-se que a eficiência desta e outras

eventuais ferramentas de gestão da irrigação sejam avaliadas em um estudo piloto com pequenos produtores selecionados nas regiões de interesse.

- Avaliar o potencial e a viabilidade da geração de energia elétrica nas propriedades rurais a partir de fontes alternativas tais como a solar fotovoltaica para uso nos sistemas de irrigação, visando à redução de custos de produção e da dependência do sistema elétrico, ao mesmo tempo que contribui para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Cabe ressaltar que os pequenos e médios produtores já contam com linhas de crédito especiais (ex.: Pronaf ECO, Pronaf Mais Alimentos, Inovagro) para o financiamento dos equipamentos necessários para tal fim, e que o barateamento da produção de energia solar fotovoltaica nos últimos anos vem aumentando a competitividade desta fonte ao nível de micro-geração de energia em relação às fontes convencionais.
- Validar em campo o desempenho de clones/variedades de café com maior tolerância à seca nos sistemas produtivos mais vulneráveis à escassez de água e dependentes de irrigação, assim como promover a adoção da prática de cobertura do solo nas entrelinhas com espécies de gramíneas como a *Brachiaria*, visando melhorar a estrutura do solo em profundidade e sua capacidade de armazenar e disponibilizar água ao cafeeiro em períodos críticos da cultura.
- As ações mencionadas acima poderiam ser implementadas e avaliadas conjuntamente através de um estudo piloto com acompanhamento ao longo de várias safras, tanto do ponto de vista produtivo, como do ponto de vista do consumo da água e principalmente da sua viabilidade financeira para serem apresentadas como alternativa de adoção em larga escala pelos pequenos produtores. Um estudo deste tipo envolveria a mobilização de vários atores da cadeia do café.
- Promover a articulação de um arranjo institucional envolvendo atores da cadeia de café e outros atores envolvidos na defesa dos interesses ambientais, como por exemplo o Instituto Terra, a Fundação S.O.S. Mata Atlântica, Universidades, prefeituras, entre outros, visando a construção coletiva de planos de conservação, restauração e recuperação de uma microbacia inserida na paisagem cafeeira. Tais ações estariam voltadas a potencializar a geração de serviços ecossistêmicos, principalmente no que se refere à produção de água e à conservação dos recursos hídricos nas propriedades rurais que fazem parte da micro bacia selecionada e o reconhecimento desses serviços através de um mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores participantes. Recomenda-se tomar como base as experiências já apoiadas pela Agência Nacional de Águas (ANA) através de seu Programa Produtor de Água para desenhar, conjuntamente, o mecanismo de PSA mais apropriado para a região de interesse e o arranjo institucional que viabilize sua implementação.

Os membros da Comunidade de Prática fazem pública esta declaração, assumindo um comprometimento de atuar em conformidade com as recomendações destacadas neste documento. Ao tempo, se disponibilizam a participar em espaços de discussão dos temas ambientais, como os Comitês de Bacias Hidrográficas e a discutir com órgãos públicos, estaduais e/ou federais para viabilizar na prática estes temas orientados ao aumento da sustentabilidade do setor.